



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
*Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves*

---

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo de Instrumento nº 0310863-6**

**Agravante:** Atamak Alves Pires e outro

**Agravado:** Artur Bartolomeu Pascoal Camargo e outro

**Relatora Convocada:** Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

**EMENTA:** CIVIL E PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE IMISSÃO CONDICIONADA AO DEPÓSITO DE VALORES REFERENTES À INDENIZAÇÃO POR BENFEITORIAS. ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. PEDIDO DE DESIGNAÇÃO DE PERITO PARA ELABORAÇÃO DE NOVO LAUDO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DA CONDENAÇÃO CLARAMENTE FIXADO NO ACÓRDÃO. REMESSA À CONTADORIA JUDICIAL. DESNECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO, POR MAIORIA DE VOTOS.

1. Agravo de instrumento contra decisão que, dentre outros pontos, indeferiu o pedido de remessa aos autos a contadoria judicial ou a nomeação de perito para elaboração de novo laudo.
2. Não se verifica, no caso em liça, qualquer dificuldade na elaboração dos cálculos de atualização da dívida, uma vez que o valor das benfeitorias foi fixado de forma clara no acórdão da reintegratória transitada em julgado.
3. Embora o devedor possa manifestar sua discordância em relação aos cálculos apresentados pelo credor, inexistente previsão legal para que se proceda com a remessa dos autos à contadoria judicial em razão do mero requerimento formulado pelo devedor.
4. Os autos só serão submetidos à análise do contador judicial a critério do Magistrado, quando entender ser imprescindível à formação de seu convencimento, nos casos em que a memória apresentada pelo credor aparentemente exceda os limites do contrato pactuado. O que não é a hipótese.
5. Por maioria de votos, negou-se provimento ao agravo de instrumento a fim de manter a decisão recorrida. Vencido o relator, que determinava a remessa dos autos ao contador judicial, para a atualização do valor da indenização.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

---

333  
*[Assinatura]*

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento n.º 0310863-6, em que figura como agravante ATAMAK ALVES PIRES E OUTRO e como agravado ARTUR BARTOLOMEU PASCOAL CAMARGO E OUTRO, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por maioria de votos, negar provimento ao agravo de instrumento, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 26.09.2013

*Virginia Gondim*

**Juíza Virginia Gondim Dantas Rodrigues**  
**Relatora Substituta**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

4ª Câmara Cível.

Agravo de Instrumento nº 0310863-6.

Agravante: Atamak Alves Pires e Outro.

Agravado: Artur Bartolomeu Pascoal Camargo e Outro.

Des. Relator: Tenório dos Santos.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por **Atamak Alves Pires e Outro**, ora demandado, em face de decisão de fl. 23-TJ, nos autos da Ação Reivindicatória de fls. 27/30-TJ, promovida perante a 1ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes, tombada sob o nº 0075121-21.1999.17.0810.

Requer o agravante a reforma do *decisum*, para que seja deferido o pedido de remessa dos autos à contadoria judicial ou nomeação de perito, para que proceda com a avaliação das benfeitorias realizadas no imóvel.

Contrarrazões em fls. 185/191-TJ

É o Relatório, no essencial.

Recife, 09 de 09 de 2015.

Tenório dos Santos

Desembargador Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

314  
M

**4ª Câmara Cível.**

**Agravo de Instrumento nº 0310863-6.**

**Agravante: Atamak Alves Pires e Outro.**

**Agravado: Artur Bartolomeu Pascoal Camargo e Outro.**

**Des. Relator: Tenório dos Santos.**

**VOTO**

O conteúdo da postulação há de ser apreciado, porquanto estão presentes os pressupostos de admissibilidade recursal.

Inicialmente, a ação de imissão de posse funda-se no direito de propriedade do bem, afigurando-se em meio processual cabível àquele que obtém o domínio do objeto litigioso, mas nunca exerceu a posse sobre este.

Não é outro senão o caso retratado nos presentes autos.

Como antes relatado, o juízo primário condicionou a imissão da posse do imóvel objeto do litígio ao recolhimento das benfeitorias ao recorrente/demandado, a ser abatido os honorários advocatícios, periciais e custas judiciais da qual foi condenado o recorrente.

Ocorre que o agravante, em suas razões recursais, insurge-se contra o indeferimento de nomeação de perícia técnica para avaliar o valor atualizado das benfeitorias no imóvel.

A propósito, o Acórdão de fls. 154-TJ já determinou o valor a ser recolhido pelo autor a título de benfeitorias, no importe de R\$ 66.225,55 (sessenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

315  
M

AI nº 0310863-6

Desse modo, ao indeferir a remessa à contadoria judicial, a nobre sentenciante, a rigor, levou em consideração os índices arbitrados na decisão com trânsito em julgado, não se observando comprovação de fatos novos para se chegar à apuração do *quantum*.

Portanto, não há motivos para a realização de perícia contábil para apuração do importe devido.

Também a respeito, Humberto Theodoro Junior: "dessa forma, as questões incidentemente discutidas e apreciadas ao longo do curso processual não podem, após a respectiva decisão, voltar a ser tratadas em fases posteriores do processo".

Contudo, neste interregno, em relação ao valor das benfeitorias, deve o valor principal ser atualizado, com a incidência de correção monetária e juros moratórios, sob pena de enriquecimento sem causa da parte agravada.

A propósito do tema, veja-se o seguinte julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DA SENTENÇA. DEPÓSITO JUDICIAL E ATUALIZAÇÃO DO SALDO DA CONDENAÇÃO. BRASIL TELECOM. A realização de depósito em conta judicial remunerada afasta a incidência de correção monetária e juros moratórios, porquanto no depósito em conta judicial já incidem os rendimentos bancários. Aplicável por analogia o art. 891 do CPC. Precedentes. Por outro lado, tendo sido efetuado apenas depósito parcial (pelo valor histórico, quatro meses depois de apresentado o montante do débito pela parte credora), novo cálculo deve ser realizado, aplicando-se então sobre a diferença (apurada na data do depósito) correção monetária e



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

316  
M

AI nº 0310863-6

juros de mora. Agravo de instrumento da ré provido.  
**(Agravo de Instrumento Nº 70037738713, Décima Segunda  
Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Orlando  
Heemann Júnior, Julgado em 25/11/2010).**

Nesse sentido:

Ao Juiz é permitido remeter os autos ao Contador Judicial, uma vez que a Contadoria é órgão de auxílio do Juízo, não tendo qualquer interesse na lide. Sendo o auxiliar do Juízo eqüidistante do interesse privado das partes, as percepções do contador judicial merecem fé. (TRF 2ª Reg., ApCív. 2002.02.01.007.509-8, Rel. Desemb. Federal Maria Helena Cisne).

Com tais razões, dou parcial provimento ao agravo, para que seja remetido os autos para a contadoria judicial para que se proceda com a atualização do valor das benfeitorias,

É como Voto.

Recife, 19 de 09 de 2013 . .

  
Tenório dos Santos

Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL – 19.09.2013  
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 310863-6  
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES  
AGRAVANTES: ATAMAK ALVES PIRES E OUTRO  
AGRAVADOS: ARTUR BARTOLOMEU PASCOAL CAMARGO E OUTRO  
RELATOR: DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS

RELATÓRIO À FL. 310 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 314/316 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Desembargador, a irresignação dele me parece – eu li o memorial; estou procurando, mas não estou encontrando. A irresignação é por que ele diz: agora o Código não permite mais atualização pelo contador, tem que fazer planilha. Não é isso que ele se irresigna?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É. O juiz disse o seguinte (fl. 23):

*“Defiro o pedido do exequente, relacionado ao abatimento dos valores da condenação de benfeitorias em relação ao devido pelo executado a título de custas processuais, honorários advocatícios e honorários periciais. Contudo, em se tratando do pedido de remessa a contadoria judicial ou nomeação de perito, realizada por ambas as partes, não vislumbro necessidade, uma vez que o acórdão do TJPE já determinou claramente o valor relacionado à condenação...”*

Mas esse valor precisa ser reajustado. Esse valor precisa ser adequado.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ele pede o seguinte, Desembargador (fl. 19):

*“(...) dê provimento ao presente AGRAVO, para ao final consolidar a suspensividade requerida, determinando a aplicação dos VALORES APURADOS PELO LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA apresentado, por serem medidas de DIREITO e JUSTIÇA”.*

*Adélma*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Ele fez uma perícia depois? Como é que foi esse aspecto?

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

É porque houve um agravo de instrumento com relação se tinha direito às benfeitorias, o tribunal disse que as benfeitorias eram no valor de, isso foi transitado em julgado.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Já transitou em julgado esse problema do valor?

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Já. Agora, a parte apenas quer a atualização, que seja atualizado.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Só pode ser isso, não é?

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

É.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Ele está se irresignando contra isso.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Apenas a parte quer que sejam atualizadas as benfeitorias.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Ele quer não é só serem atualizadas não, que dê provimento para determinar a aplicação dos valores apurados pelo laudo de avaliação.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Já não foi apurado isso?

*"(...) dê provimento ao presente AGRAVO, para ao final consolidar a suspensividade requerida, determinando a aplicação dos VALORES APURADOS PELO LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA..."*

Valor de mercado às vezes cresce mais do que a correção do dinheiro. Aí eu pergunto: mas Vossa Excelência disse que já teve um laudo aí. Só resta agora corrigir monetariamente. Não vai se fazer laudo de ano em ano não.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não teve laudo.

Vou ver aqui. O Tribunal, no acórdão às fls. 154, numa apelação cível, diz o seguinte (acórdão é de 2008):

*"DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. POSSUIDORES DE BOA-FÉ. DIREITO À INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS REALIZADAS. APELO PROVIDO.*

*1. Sucessivas cessões de direitos de indenização pelas benfeitorias realizadas, embora não suficientes para elidir o direito de propriedade dos autores, demonstram claramente a permanência dos réus como possuidores de boa-fé, porquanto desconheciam a existência dos proprietários, eis que durante anos nunca foram molestados em sua posse.*

*2. As benfeitorias realizadas, no montante de R\$ 66.225,55 (sessenta e seis mil, duzentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) merecem ser indenizadas, cabendo aos réus o direito de retenção até o respectivo pagamento, pois do contrário seria promover o enriquecimento da parte autora, que adquiriu o terreno sem construção alguma.*

*3. Apelo provido".*

Isso aqui já transitou em julgado.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Quando foi isso?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Foi em outubro de 2008.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

É porque aqui tem a decisão (fl. 157): "POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO PROFERIDO PELO DESEMBARGADOR REVISOR...".

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

O que ela quer é atualizar este valor. Ela não quer que faça nova avaliação não. A parte quer que atualize o valor.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ao valor de mercado.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Certo.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Aí não é possível.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Isso é uma casa que foi construída nesse terreno?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

É, e a boa-fé foi provada. O cidadão chegou lá, construiu a benfeitoria, uma casa. O terreno não era dele. Embora ele soubesse que não era dele, mas essa questão da boa-fé, má-fé está ultrapassada.

Aqui o Tribunal concedeu a reivindicatória, mas mediante pagamento da respectiva indenização. A discussão agora é sobre a indenização. Ele quer R\$ 843.614,30 (oitocentos e quarenta e mil, seiscentos e quatorze reais e trinta centavos), juntou um laudo desse valor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Exatamente. Um laudo unilateral. Eu estou dando provimento parcial para os autos serem remetidos à contadoria judicial para que se proceda a atualização. Mero cálculo aritmético. Correção daquele valor.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Mas, na verdade, o que ele quer é isso ou era nomeação de novo perito para fazer novo laudo, por que realmente houve uma alteração de avaliação?

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não, não é isso. Ele quer é o seguinte.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É porque para atualizar sessenta e seis mil de 2008 para cá não vai dar oitocentos e tanto mil não.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É por isso que eu estou fazendo isso.

O pedido é o seguinte (fl. 19): "(...) dê provimento ao presente AGRADO, para ao final consolidar a suspensividade requerida, determinando a aplicação dos VALORES APURADOS PELO LAUDO DE AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA...", que foi aquele feito de forma unilateral, que deu oitocentos e não sei quantos mil.

Eu estou dando provimento parcial, mas para que o juiz mande ao contador para atualizar, com cálculo aritmético normal, aquele valor de sessenta e seis mil.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Aí eu tenho outra pergunta: esses sessenta e seis mil ficaram fixados porque era o valor da indenização na sentença de conhecimento. É isso?



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Foi; pelas benfeitorias.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Se ele fixou, ele disse: valor esse que deverá ser devidamente corrigido até a data do efetivo pagamento, com juros de mora e correção monetária? Disse?

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Não há isso dito.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Desembargadora, a questão não é bem essa. É que ele quer discutir novamente esse valor básico. Está precluso isso, Desembargador, não está precluso? Porque o Tribunal já confirmou.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

O valor básico já está precluso, isso transitou em julgado.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Estou satisfeito com a informação. Tem que corrigir, embora se o juiz não disse tem que corrigir, porque correção monetária sobre valores, a própria lei diz, aí é questão de ordem pública.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

A correção é; e os juros de mora também nesse caso aí?

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Juros e correção.

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

O contador vai fazer a atualização desses sessenta e seis mil.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Juros; aí tem que se ver se houve negativa, se houve negativa de pagamento.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É porque como foi fixado naquela época e não...

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É porque a parte autora passou esse tempo todo sem executar, sem depositar, passou esse tempo todinho de 2008 até hoje.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Estou satisfeito com a informação. Ele quer mais de oitocentos mil, porque hoje estaria valendo o imóvel no laudo unilateral. Ele não quer cálculo do contador não, porque ele diz que contador...

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Ele quer fazer uma nova perícia. Só que Dr. Tenório está dizendo que nova perícia não cabe, o que cabe é apenas a atualizar, não é isso?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Atualizar o valor. É isso que estou dizendo, por isso que estou dando provimento parcial.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Estou satisfeito com as informações.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Eu também. Só outro detalhe, porque muitas vezes quando a gente manda para o contador, não sei se já prestou atenção, se a gente não especifica como é que o contador deve fazer o cálculo, o contador vai fazer o cálculo do jeito que ele acha que é certo.

Então, como é que se faz? Para não ter esses problemas de o contador estar fazendo, depois explicação para aqui e para acolá, então era bom, mas eu não sei como é que o Dr. Tenório colocou, só dizendo: o valor tem que ser de sessenta e seis mil e deverá ser devidamente corrigido pela tabela do ENCOJE, a partir do momento em que foi devidamente apurado; porque eu não sei qual foi a data efetiva, pode ter sido antes da sentença.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Deve ser a partir do trânsito em julgado.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Não. Acho que é da data que foi feito, a partir da data que ele foi feito. Porque às vezes passa tanto tempo para transitar em julgado.

Ou não vai dizer nada, vai mandar só para o contador?

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Vamos ordenar esse julgamento, Desembargador, para não haver dúvida aí quanto a isso, porque ele quer uma fábula aí.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Pode se dizer correção de acordo... (interrompido).

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Correção monetária pela tabela do ENCOJE, a partir da data que foi elaborado o laudo, porque a partir do dia seguinte já teria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

É porque eu não sei como foi na decisão. Mas elaboração do laudo e o que mais? Juros de mora, vai colocar?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Eu acho que sim, porque não é atualização?

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É cumprimento de sentença isso?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Está na fase de cumprimento de sentença, por isso que é agravo de instrumento.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É na fase de cumprimento, porque desde 2008 que a parte autora da reivindicatória não deu esse cumprimento, ficou silente esse tempo todo.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Não fez execução.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

E agora ele quer receber o imóvel com o mesmo valor sem atualização. Então precisa de que se atualize, e essa atualização será feita pelo contador.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

A correção eu estou de acordo, mas os juros a gente tem que verificar aí como é que ficam os juros.

Está em discussão. Vejam aí.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Os juros é juro normal.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Juros de mora de 1% (um poro cento), mas a partir de quando?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Quando foi a negativa? Houve negativa dele quanto ao pagamento?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Negativa de quê?

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Ele se recusou a pagar?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Implicitamente ele não deu cumprimento. A parte autora da reivindicatória implicitamente ficou silente esse tempo todo e agora foi que ele disse: eu agora quero e vou pagar os sessenta e seis mil. Não é justo? Porque os sessenta e seis mil há cinco anos atrás... (interrompido).

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Quem está nessa casa até hoje é quem?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É a parte demandada na ação originária.

---





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

O réu está lá até hoje?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Está sim.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Agora para fazer a imissão na posse do autor, e o autor pagar ao réu o valor da indenização.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Atualizado.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Aí o réu está dizendo: mas não é sessenta e seis mil, eu quero oitocentos.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É oitocentos e tanto, porque ele juntou um laudo feito de forma unilateral.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Será que tem juros de mora sobre isso?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Como é que ficam os juros aí?

---



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Os juros de mora, Dr. Eurico, vai ter qual tempo se a pessoa não tinha prazo certo? A não ser que tivesse fixado na sentença um prazo certo para pagar e, exaurido o prazo não pagou, seria... (interrompido).

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

É porque ele não está sendo intimado. A parte quer correção, então ele não pode; só se ele pagasse a parte incontroversa a partir de quando ele foi intimado da execução de sentença.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

O juiz negou o encaminhamento dos autos para a correção. Diz o juiz (fls. 23):

*"Contudo, em se tratando do pedido de remessa a contadoria judicial ou nomeação de perito, realizada por ambas as partes, não vislumbro necessidade, uma vez que o acórdão do TJPE já determinou claramente o valor relacionado à condenação, bastando mero cálculo aritmético".*

E este cálculo aritmético quem faz? O contador do juiz. Não tem melhor para fazer.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Ou a própria parte.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não. Se a própria parte fizer; ele já fez, deu oitocentos e tantos mil. O imóvel não vale isso. O imóvel todo não vale isso, então não faz sentido.

O juiz aqui pecou porque ele deveria ter dito: defiro o pedido à contadoria para que atualize o valor de sessenta e seis mil reais.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ele alega aqui – por isso que a Dra. Virgínia falou: pela própria parte. É porque ele diz que hoje autos não vão mais ao contador. Vai, basta laudos diferentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Vossa Excelência quando estava na Vara Cível, vindo dois laudos diferentes de técnico, de perito, de contador, do que for, mas como é que o juiz tem condições de dizer qual é o certo? Tem que mandar para o contador.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Tem que mandar.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

O contador do juiz é o contador judicial, aí ele não quer contador judicial, quer cada um fazer seus cálculos. Não vai dar em nada, porque cada um vai querer, sei lá. Ele está aqui dizendo que é oitocentos mil, porque quer uma perícia nova.

A questão está preclusa, Desembargador. Vossa Excelência já colocou bem. O tribunal já confirmou, tem tudo se partindo dos sessenta e seis mil reais, não é isso mesmo?

Eu estou com a correção a partir do dia que foi encontrado o valor, a correção monetária. Agora, os juros, eu estou aqui avaliando.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Poderia colocar os juros de mora nos termos consignados aonde? Na decisão. Tem na decisão de conhecimento?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não, tem não. O acórdão não fala em correção.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

A partir de quando ele soube do valor ele poderia ter realmente resgatado ou pago aquela indenização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Nem o acórdão disse o prazo para ele pagar, para depositar em juízo, não é?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Ele disse: "(...) cabendo aos réus o direito de retenção até o respectivo pagamento, pois do contrário seria promover o enriquecimento da parte autora, que adquiriu o terreno sem construção alguma

Esse foi o acórdão.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Eu vou sugerir outra coisa, porque a parte, quer dizer, o réu tomou ciência quando foi publicada a decisão quando transitou em julgado. Então, podia não só ter correção monetária daí, como juros, porque ele já podia ter pago os sessenta e seis mil. Ele vai pagar mais, porque não quis pagar os sessenta e seis mil. Então a partir dos sessenta e seis mil, eu acho que vou aplicar os juros e a correção, porque ele já podia pagar. Ele não podia pagar?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

É, juros e correção.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

A partir de quando, Dr. Eurico?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Quando foi que o tribunal confirmou?

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Do trânsito em julgado?

---

*Adelma*

325



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Do trânsito em julgado.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

A correção, eu acho que tem que ter desde o início; agora, os juros...  
(interrompido).

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

É porque retroage, Vossa Excelência retroagiria.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Porque a correção monetária ela pega qualquer decisão judicial, não é?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Mas o recurso retroage para a sentença, pelo menos da sentença, porque essa questão já vem demorando muito e se a gente colocar muito para proximidade pode dar um valor insignificante, porque a irresignação do recorrente é por que o imóvel já está valendo muito mais, oitocentos mil reais.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Vamos acrescentar que seja ao contador para não ficar vago.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

O contador, eu concordo também.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Mas que sejam aplicados juros e correção monetária.

*Adélma*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Se Vossa Excelência não disser a partir de quando ele vai fazer um cálculo da maneira que ele entender.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

É a partir de quando?

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Desembargador, veja que época foi a decisão recorrida que fixou em sessenta e seis. O acórdão.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

O acórdão foi de 07.10.2008, agora eu não tenho notícia do trânsito em julgado de quando.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Seria do acórdão que fixou esse valor, vai ter uma correção razoável, vai ter um valor mais ou menos atualizado de cinco anos.

O ideal seria do trânsito em julgado do acórdão. Tem lá no processo de primeiro grau.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Pronto.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Do acórdão, eu concordo.

---

326



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Da decisão do segundo grau.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Juros e correção monetária a partir do trânsito em julgado do acórdão.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Concorda Desembargadora?

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Concordo.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Vossa Excelência está dando provimento.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Provimento parcial.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Quem está recorrendo é Atamak, mas Vossa Excelência não está acolhendo tudo, porque ele quer outra coisa.

Como é que Vossa Excelência está votando?

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Ele quer que o juiz mande a um perito.

---

*Adelfa*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Ele quer nomear um perito.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Então Vossa Excelência está dando provimento parcial. Mas os juros e a correção já estão ordenados, não é?

Ah! O juiz não disse nada.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

O juiz disse, pelo menos pelo que o Dr. Tenório citou aqui: não vou mandar para o perito, porque o tribunal já decidiu, e nem vou mandar para o contador porque isso aí depende de simples cálculo aritmético que pode ser feito pelas próprias partes.

---

**DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)**

Sim, mas aí trazia uma confusão miserável. As partes, um apresentava um; e outra apresentava outro.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Mas aí depois ele decidia. Ou ele decidia ou manda para o contador.

---

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Sabe por que, Desembargador? Porque cumprimento de sentença hoje, o juiz de modo próprio não deve mandar para o contador, isso ele fala aqui. Então a colocação da Desembargadora Virgínia vai acontecer isso, cada um vai dar um valor, aí o que é que vai acontecer? O juiz manda para o contador. Mas é o procedimento hoje do 803, 804, 805, 806.

---

**DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM**

Inclusive porque eles próprios vão ter que dizer qual é o termo inicial, qual é o percentual tanto de juros de mora quanto de correção monetária.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Bom, o meu voto é este, eu não altero em nada. Sou vencido, não altero nada.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Vossa Excelência dá provimento parcial para mandar os autos imediatamente ao contador, para atualização do valor, acrescido de juros e correção monetária a partir do trânsito em julgado da decisão do segundo grau, e nós – eu não quero demonstrar que vai ao contador porque aí estou desconhecendo realmente a letra da lei.

Vou proclamar o julgamento. Por maioria de votos, decidiu-se...

À unanimidade de votos, negou-se provimento parcial ao recurso... (interrompido).

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Deu-se.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Deu-se provimento parcial ao recurso.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Para determinar que os autos... (interrompido).

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ele não quer contador; ele quer laudo. Não é parcial. Ele quer laudo.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Ele quer que faça nova avaliação.

---



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Então, não deu-se provimento não. Negou-se provimento.

O que ele quer a gente não está aceitando não, unanimemente.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

*Dou provimento parcial ao agravo, para que seja remetido os autos para a contadoria judicial para que se proceda com a atualização do valor das benfeitorias.*

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ele não quer isso não, Desembargador.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Por isso que é parcial. Ele quer que faça nova avaliação das benfeitorias.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Mas ele só quer avaliação, ele não quer contador não, Desembargador.

Vossa Excelência não está aquiescendo, não está concordando com nada do que ele está pedindo. Porque quando Vossa Excelência manda para o contador... (interrompido).

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

O meu voto é esse, eu já disse.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Está bom. Eu vou dizer a divergência, mas vai ficar incoerente o voto de Vossa Excelência com a realidade, *permissa venia*.

Então, vou ordenar aqui o julgamento. Por maioria de votos, decidiu-se pela atualização do valor da indenização, mediante planilha de cálculo das partes.

*Adélma*

328



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Agora, eu não sei se o pedido é alternativo nesse agravo, porque Dr. Tenório está negando ao pedido alternativo.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Deixe-me ver a sentença aqui, a decisão.

*Apresentar planilha de cálculo, Desembargador (fl. 23): "(...) intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha de cálculo".*

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Quem apresentar?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

As partes. A parte exequente.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Mas ela já apresentou. A parte ré já apresentou.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

E ele se irressigna contra isso.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Como é Dr. Eurico?

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Ele manda exatamente o que a gente está pensando, planilha de cálculo. Não é execução?

*Adelma*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É porque é isso para fazer, cada um faz o seu, ou seja, quem vai entrar com cumprimento tem que apresentar a sua planilha. Eu acho que ele quer o cumprimento dúplice. Ele mesmo está dizendo que vai pagar, estou achando que é o autor, porque quem tem obrigação de pagar é ele para poder ser emitido na posse. Ele só pode ser emitido se pagar.

---

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

*"Contudo, em se tratando do pedido de remessa a contadoria judicial ou nomeação de perito, realizada por ambas as partes, não vislumbro necessidade, uma vez que o acórdão do TJPE já determinou claramente o valor relacionado à condenação, bastando mero cálculo aritmético segundo tabela ENCOJE. Assim, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha de cálculo que contemple o valor atualizado da condenação em benfeitorias" (fl. 23).*

Nos estamos, eu concordo plenamente com o que o juiz está dizendo.

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Com essa decisão.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Não seria melhor ir para o contador, porque o contador tem isenção, do que as partes?

---

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Mas a lei manda que primeiro a parte apresente.

---

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Mas ela apresentou, a parte apresentou oitocentos e tantos mil.

*Adelma*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Não, Desembargador. É o procedimento de dar cumprimento à sentença, o juiz está certo. No cumprimento de sentença tem que a parte, pode depois dar a necessidade de mandar ao contador, só depois. Mas agora a juíza está certa.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Então Vossas Excelências votem, eu fico vencido.

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Mas eu tenho que ordenar aqui porque vai ficar a discrepância aqui.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao agravo de instrumento, a fim de manter a decisão recorrida, acrescida...

Aí nós temos, porque é uma questão de ordem pública... (interrompido).

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

De quê?

DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)

Juros e correção porque ela não fixou.

DESEMBARGADOR TENÓRIO DOS SANTOS (RELATOR)

Mas as partes não é quem vão apresentar.

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

É, está certo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS (PRESIDENTE)**

Negou-se provimento ao recurso, contra o voto do relator que determinava a remessa dos autos ao contador para atualização do valor da indenização. Por maioria, houve essa discrepância sutil. Designada a Desembargadora Virgínia Gondim para lavratura do acórdão.

---

**DECISÃO:**

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO A FIM DE MANTER A DECISÃO RECORRIDA, CONTRA O VOTO DO RELATOR QUE DETERMINAVA A REMESSA DOS AUTOS PARA O CONTADOR JUDICIAL PARA MERA ATUALIZAÇÃO. FICA DESIGNADA A DES. VIRGÍNIA GONDIM PARA A LAVRATURA DO ACÓRDÃO".

---

*Adelma*